

Brasil deve dobrar investimentos para zerar déficit em infraestrutura

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. É o que aponta o estudo Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que propõe um novo regime de financiamento para ampliar a participação do capital privado e sustentar projetos de longo prazo.

Em 2024, foram investidos R\$ 266,8 bilhões em infraestrutura, equivalentes a 2,27% do PIB. Segundo a CNI, o país precisaria elevar esse patamar para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e mantê-lo por pelo menos duas décadas.

Do total investido em 2024: R\$ 188,1 bilhões (70,5%) vieram do setor privado; R\$ 78,6 bilhões foram investimentos públicos; Estados e municípios responderam pela maior parte dos aportes públicos.

Novo modelo

Para a CNI, nenhuma fonte de recursos, isoladamente, é capaz de atender às necessidades do país. O novo regime deveria combinar recursos públicos e privados, ampliar o mercado de capitais e criar condições para investimentos de longo prazo.

Em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban, defende estabilidade econômica e institucional para atrair capital.

“O Brasil precisa de responsabilidade fiscal,

instituições sólidas e segurança jurídica para criar condições de mobilizar mais recursos privados para o setor de infraestrutura, sem abrir mão do papel estratégico dos investimentos públicos”, ressalta.

Alban também defende uma estratégia de Estado para garantir continuidade aos projetos. Segundo ele, a modernização da infraestrutura demanda esforço contínuo, sistemático e de longo prazo, com uma política de Estado, conduzida por diversos governos.

Fontes privadas

O estudo mostra uma mudança na composição do financiamento da infraestrutura de 2010 a 2024. Em valores atualizados para 2024, as fontes privadas passaram de uma média de R\$ 88,6 bilhões no período de 2010 a 2014 para R\$ 184,5 bilhões em 2024.

No mesmo intervalo, os recursos públicos recuaram de R\$ 208,5 bilhões para R\$ 107 bilhões. As instituições multilaterais responderam por R\$ 8,4 bilhões em 2024.

Na última década, houve uma mudança estrutural no financiamento da infraestrutura brasileira. A participação das fontes privadas passou de 29,3%, entre 2010 e 2014, para 61,5% em 2024.

Medidas propostas

A CNI aponta que o novo regime deve incluir: estabilidade macroeconômica e fiscal, para reduzir riscos e o custo do capital; fortalecimento do mercado de capitais, com mais investidores institucionais; expansão do crédito privado, com



modelos que distribuam riscos de forma mais eficiente; carteira maior de projetos estruturados para concessões e parcerias; segurança jurídica e previsibilidade regulatória; e autonomia técnica das agências reguladoras.

O estudo também destaca o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições públicas de desenvolvimento na redução de riscos, estruturação de projetos e mobilização de capital privado.

Lições externas

A análise reúne experiências de Reino Unido, Chile, Austrália, México, Espanha, Índia e França. Apesar das diferenças entre os modelos, a CNI

identifica fatores comuns nos países que conseguiram ampliar a capacidade de financiamento da infraestrutura: estabilidade econômica, instituições confiáveis, previsibilidade regulatória, mercado de capitais desenvolvido e instrumentos de longo prazo.

Segundo a CNI, os recursos públicos devem atuar de forma estratégica para atrair investimentos privados. Pela sugestão da entidade, o investimento público continuará sendo fundamental, mas o país precisa avançar para um modelo em que esses recursos tenham maior capacidade de mobilizar capital privado.

Fonte: correiobraziliense.com.br

Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

FAZENDA CONDADO S/A

CNPJ/MF Nº 06.627.889/0001-18 - NIRE 26300008815 - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convidados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO-E no dia 23/09/2026, às 10 (dez) horas, na Sede Social à Rua Aviador Severiano Lins, 114, Casa 0110, Boa Viagem, Recife-PE, CEP: 51.111-050, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em AGO** - a) Matérias do que trata o Art. 132 da Lei 6.404/76 ref. ao exercício social findo em 31/12/2025; b) Eleição da Diretoria; e c) Outros assuntos. **Em AGE** - a) Homologação do aumento de capital aprovado na AGO-E de 24/04/2025; b) Aumento do capital social; c) Autorização para a Diretoria contrair empréstimos e financiamentos; d) Reforma e Consolidação do Estatuto Social e e) Outros assuntos. **AVISO AOS ACIONISTAS** - As Demonstrações Contábeis Completas do exercício social findo em 31/12/2025 foram publicadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED no dia 28/08/2026. Recife-PE, 14/09/2026 - Kleber de Andrade Lacet Filho - Diretor Presidente.



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 15/09/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



JDM JORNAL
DIÁRIO DA MANHÃ
EDICAÇÃO
IMPRESSÃO
DE:00797228000154
Dados: 2026.09.15 17:42:26
DE:00797228000154 -03'00"

Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã PE
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165